Desiguais e divididos: situação interseccional e ordenamento das hierarquias

Resenha de Costa, S. (2025). *Desiguais e divididos* – uma interpretação do Brasil polarizado. São Paulo: Todavia.

Unequal and divided: intersectional situation and ordering of hierarchies

Book review of Costa, S. (2025). *Desiguais e divididos* – uma interpretação do Brasil polarizado. São Paulo: Todavia.

Desiguales y divididos: condición interseccional y ordenamiento de las jerarquías

Reseña de Costa, S. (2025). *Desiguais e divididos* – uma interpretação do Brasil polarizado. São Paulo: Todavia.

Renato FRANCISQUINI

renato.francisquini@ufba.br

Universidade Federal da Bahia (UFBA).

*O livro **Desiguais e Divididos**, de Sérgio Costa, analisa as transformações recentes da política brasileira destacando o impacto dos desordenamentos e reordenamentos das hierarquias sobre as escolhas políticas de indivíduos e grupos sociais. A hipótese central é que as escolhas políticas resultam das mudanças nas "situações interseccionais" dos indivíduos e da forma como tais movimentos são interpretados discursivamente. A resenha sintetiza os principais achados do livro e apresenta questões para pensar os desdobramentos da análise realizada pelo autor.*

Palavras-Chave: Situação Interseccional; Desigualdades; Divisão Social; Ordenamento de Hierarquias.

DOI: https://doi.org/10.34024/csr.2025.61.3.20996

The book Desiguais e Divididos (Unequal and Divided), by Sérgio Costa, analyzes recent transformations in Brazilian politics, highlighting the impact of the disruptions and reorderings of hierarchies on the political choices of individuals and social groups. The central hypothesis is that political choices result from changes in individuals' "intersectional situations" and from the ways in which such movements are discursively interpreted. This review synthesizes the book's main findings and raises questions to reflect on the developments of the author's analysis.

Keywords: ***Intersectional Situation; Inequalities; Social Division; Ordering of Hierarchies.***

El libro Desiguais e Divididos (Desiguales y Divididos), de Sérgio Costa, ofrece un análisis convincente de las transformaciones recientes de la política brasileña, destacando cómo los desórdenes y reconfiguraciones de las jerarquías sociales han influido en las elecciones políticas de individuos y grupos sociales. El argumento central del autor sostiene que el comportamiento político resulta de los cambios en las "situaciones interseccionales" de los individuos y de las interpretaciones discursivas mediante las cuales tales cambios son comprendidos. Esta reseña sintetiza las principales aportaciones del libro y plantea cuestiones para reflexionar sobre las implicaciones de su análisis en la comprensión de la democracia brasileña contemporánea y de las dinámicas de la desigualdad.

Palabras clave: Situación Interseccional; Desigualdades; División Social; Ordenamiento de Jerarquías

O livro *Desiguais e Divididos* é um exercício exemplar da boa ciência social. A obra se debruça sobre eventos recentes da realidade brasileira, procurando entender as suas causas profundas e a articulação entre os fatores que ajudam a explicar o tempo presente. Parafraseando Raymond Aron (1987), o autor busca conferir coerência a uma realidade que, a olho nu, pode parecer apenas absolutamente caótica e acidental.

Em uma abordagem eclética, o texto dialoga com três matrizes analíticas, quais sejam, as explicações socioestruturais, ideológicas e culturais. A primeira dessas matrizes destaca a relação entre fatores econômicos e comportamento político. A abordagem ideológica, por sua vez, chama a atenção para o impacto dos discursos promovidos pela Direita por meio das novas tecnologias da informação e do

repertório de manifestações de rua de grupos ultraliberais e conservadores. As explicações culturalistas situam as mudanças nas atitudes políticas em transformações mais amplas nas hierarquias de gênero, raça e classe.

As três interpretações contribuem para entender como uma sociedade profundamente desigual vem se tornando uma sociedade cronicamente dividida. Cada qual, porém, torna-se insuficiente diante da complexidade das agudas transformações vivenciadas nas últimas décadas. A escolha por privilegiar uma dimensão singular implica desconsiderar justamente aquilo que é mais importante na dinâmica política e social, isto é, a articulação entre os diferentes elementos econômicos, ideológicos e culturais.

Sérgio Costa nos convida a ampliar e diversificar o olhar teoricamente informado sobre os dilemas do presente. Desde uma perspectiva multidimensional, "em sua fórmula analítico-teórica, a hipótese central deste livro é que existe um nexo forte e claro entre a *situação interseccional* de indivíduos e grupos e suas escolhas políticas" (p. 18). A ideia de "situação interseccional" atualiza o conceito weberiano de "situação de classe", incluindo as "múltiplas hierarquias sociais entrelaçadas e interdependentes" (p. 18).

O autor pretende, com isso, apreender os variados vetores que constituem as estruturas nas quais estamos inscritos, determinando a nossa posição nas hierarquias sociais. Além de extrapolar os limites das interpretações monocausais, essa estratégia desfaz certos preconceitos do senso comum, como a ideia muito difundida entre parte da Esquerda segundo a qual seria irracional às classes mais baixas aderir à Direita. Costa assume que há, sim, razão, ou razões, como prefere, para que as pessoas façam certas escolhas políticas. A busca pelas lógicas que permitem entender os movimentos do tempo presente não corresponde, é claro, à negação do caráter acidental dos acontecimentos. Nas palavras do autor, "[a] situação interseccional condiciona, mas não determina, as escolhas políticas. Afinal, *a contingência é a regra* que, na sociologia, não admite exceções" (p. 18, grifos nossos).

Se quisermos sintetizar o argumento que será explorado no livro, reduzindo perigosamente a sua complexidade, poderíamos dizer que as mudanças nas escolhas políticas observadas nas últimas décadas não são aleatórias e nem se explicam pelo mito da irracionalidade das massas. Elas decorrem dos deslocamentos de indivíduos e grupos nas diversas hierarquias sociais e da forma como esses movimentos são interpretados discursivamente. Em outras palavras, para entender adequadamente as razões do sujeito que apoiou os governos de centro-esquerda de 2002 a 2013, defendeu o impeachment em 2016 e votou na extrema-direita em 2018 e 2022, devemos olhar para as variações em sua situação interseccional e sobre a interpretação predominante acerca de suas causas.

Interpretar a mobilidade de indivíduos e grupos nas posições interseccionais não é um empreendimento simples.

As múltiplas formas de desigualdade constituem hierarquias complexas, de modo que ganhos em certas áreas podem vir acompanhadas de perdas mais significativas em outras. Não podemos desconsiderar tampouco a relatividade dos sentimentos de privação e privilégio. Ganhos econômicos podem ser relativizados por perdas em termos da posição relativa nas relações de gênero. O crescimento da renda pode ser impactado pela perda da exclusividade no acesso a certos espaços.

O livro está estruturado em cinco capítulos. O primeiro apresenta uma definição de desigualdade associada à ideia de "distâncias entrelaçadas", que permite entender as múltiplas faces das disparidades que impactam as oportunidades de que os indivíduos desfrutam de desenvolver e perseguir as suas concepções do bem. No capítulo 2, destaca-se o caráter relacional e interdependente das desigualdades sociais. Sugere-se que a constituição, a reprodução e a persistência das desigualdades decorrem das distintas oportunidades conferidas às pessoas para se valer dos recursos provenientes da cooperação social. Fechando a parte conceitual, o terceiro capítulo explora a constituição recíproca entre atores e discursos políticos. Partindo da ideia de articulação formulada por Stuart Hall, Costa evidencia a complementaridade entre duas questões que aparecem apartadas na literatura: a relação entre posições de classe e escolhas políticas e o entrelaçamento entre desigualdade social e diferença. Nessa perspectiva, a emergência das lutas políticas está associada à "articulação contingente de uma certa posição na estrutura social com um certo discurso sobre a diferença" (p. 81).

As seções finais do trabalho, os capítulos 4 e 5, são dedicadas à aplicação dos dispositivos teórico-conceituais desenvolvidos para a compreensão das transformações pelas quais passou a política brasileira desde o início do século XXI. Na visão do autor, o período se caracteriza por uma luta pelo desordenamento e o reordenamento das diversas desigualdades que marcaram a história da formação da sociedade brasileira.

O primeiro governo PT (2003-2016) foi marcado por inflexões na estrutura das hierarquias sociais. As políticas públicas implementadas no período, além de uma conjuntura internacional favorável, resultaram em uma redução relevante do Índice de Gini e na ascensão de um número significativo de pessoas ao que se convencionou chamar de nova classe média. Os efeitos de longo prazo dessas políticas, todavia, teriam sido ambivalentes. O crescimento da renda e do acesso a certos bens e serviços não alcançou igualmente todas as classes sociais. As evidências mencionadas no livro sugerem um crescimento concentrado nos dois extremos da pirâmide social. Além disso, não houve um impacto significativo na concentração da riqueza.

Em outra frente, a institucionalização de arranjos políticos voltados para combater as desigualdades de gênero e raça teve o intuito explícito de aprimorar a situação de poder de grupos historicamente marginalizados.

As estruturas institucionais, entretanto, foram posteriormente abolidas no governo Temer e profundamente ressignificadas na administração Bolsonaro.

Na interpretação de Costa, essas medidas teriam sido insuficientes para causar uma transformação expressiva nas hierarquias de poder. A reversão realizada já nos primeiros meses após o impeachment de Dilma Rousseff seria um sinal da frágil sustentação dos resultados obtidos. Nesse sentido, os governos de centro-esquerda teriam contribuído apenas marginalmente para modificar as desigualdades que constituem a nossa sociedade.

Essa conclusão parece-me questionável. Embora seja inevitável reconhecer a destruição causada pelos sucessores, há inúmeros ganhos de longo prazo que mereceriam ser considerados. A despeito de todos os ataques sofridos, o PT segue competitivo eleitoralmente. Para usar a linguagem do autor, as pessoas que se beneficiaram ou que interpretaram de maneira positiva o desordenamento das desigualdades aderiram a discursos mais à Esquerda, cujo principal representante no sistema político continua sendo o PT. A lealdade de uma parte da população a um partido que tem entre as suas pautas centrais a luta contra a pobreza é um resultado que não pode ser minimizado. Ademais, há políticas cujos resultados ainda estão por ser adequadamente aferidos. Este é o caso, por exemplo, das políticas de acesso ao ensino superior[1].

É certo que algo se moveu nas estruturas da sociedade brasileira a partir de 2013. A literatura produziu inúmeras interpretações sobre as manifestações de rua que eclodiram em cidades de todo o país em junho daquele ano. Costa sugere que as insatisfações e esperanças que impulsionaram os protestos emergem dos deslocamentos nas situações interseccionais e dos diferentes sentidos discursivos atribuídos a esses movimentos. Tais modificações impactaram as relações sociais convencionais e trouxeram à tona conflitos que eram mantidos em estado latente.

As eleições presidenciais de 2014 atestam certo descompasso entre o que acontecia na sociedade e no sistema político. A vitória apertada de Dilma Rousseff foi seguida por um período de más notícias no campo econômico, com recessão e aumento da inflação, e no campo político, com a entrada em cena da Operação Lava-Jato. A Direita se lança, então, às ruas e renova seu repertório de ação política com manifestações organizadas por associações que haviam ganhado protagonismo em junho de 2013.

Costa sustenta, porém, que o desdobramento do processo de impeachment teria sido definido em um âmbito distante das ruas. Para o autor, a

[1] Ver Lima e Campos (2025).

parcela mais privilegiada da sociedade atuou decisivamente para levar a cabo o afastamento de Rousseff. A escolha dessa via teria menos a ver com a política econômica do governo do que com a perda das conexões seletivas que os milionários mantinham com o Estado, causada pelas investigações dos órgãos de controle.

Parece-me importante incluir outras variáveis nessa equação. Como mostra Laura Carvalho (2018), a perda de arrecadação durante o governo Dilma foi causada pela extensão das isenções fiscais, mobilizadas pelo governo Lula durante a crise de 2008 como instrumento contracíclico. A autora chama essa medida de "Agenda FIESP", o que torna difícil entender o apoio da entidade ao impeachment. Seria a possibilidade de obter ganhos maiores com o governo Temer? A promessa de uma agenda mais favorável aos seus interesses?

É importante considerar também o papel do PSDB, que, embora derrotado nas eleições presidenciais, controlava o governo do estado mais populoso do país e dispunha de uma bancada numerosa no Congresso Nacional. O partido foi fiador do impedimento de Dilma e um de seus principais articuladores junto ao empresariado. As lideranças do partido não contavam, porém, que o governo Temer seria um desastre e a cruzada "anticorrupção" atingiria partidos de todos os lados do espectro ideológico.

O sucesso eleitoral de Bolsonaro, até pouco tempo antes apenas um caricato deputado do baixo clero, pode ser explicado pelo encontro entre o discurso neoliberal e neoconservador e um público frustrado com os recentes desordenamentos/reordenamentos das desigualdades. Nas palavras do autor,

> *a campanha de Bolsonaro e de vários outros candidatos que adotaram a mesma retórica logrou construir um discurso abrangente capaz de articular insatisfações políticas referidas a diferentes situações de classe em suas múltiplas interseções com raça, gênero, sexualidade e religião (p. 141).*

É no mínimo curioso recordar que quatro anos antes a retórica da extrema-direita parecia inaceitável. Algo se transformou na opinião pública para tornar certos discursos não apenas aceitáveis, mas eficazes na mobilização de afetos e na conquista de apoio na população. Os grupos que votaram em Aécio e Bolsonaro, pelos dados demográficos, são muito semelhantes. Por que estes grupos passaram a considerar este discurso aceitável? Wendy Brown (2019) sugere que a ascensão da extrema-direita nos EUA seria uma externalidade de longo prazo da expansão da razão neoliberal. As semelhanças entre o trumpismo e o bolsonarismo permitem suspeitar que haveria fatores em comum a explicar o caminho seguido pelos dois países.

O governo Bolsonaro foi marcado por um fortalecimento da estrutura de comunicação, cujo famigerado "gabinete do ódio" estava lotado ao lado do escritório da presidência, e pela cessão ao Congresso Nacional da administração do orçamento público. A combinação destes dois elementos permitiu ao então presidente manter o apoio do grupo mais radicalizado do bolsonarismo e preservar seu

mandato ao longo dos quatro anos, não obstante as suas ações (e omissões) na pandemia. Mas não foi suficiente, por outro lado, para assegurar a ele um segundo mandato.

Nesse período, a oposição, no sistema político e na sociedade, se reorganizou e reorientou o seu discurso. O resultado da eleição presidencial de 2022 reafirma o padrão que vinha sendo construído desde meados da década de 2010. Os homens, brancos, de classe média e alta, sobretudo evangélicos, apoiaram a reeleição do então presidente. As pessoas mais pobres, as mulheres, a população negra e habitantes do Nordeste, de outro lado, definiram a vitória de Lula.

A eleição de Lula, porém, não fez arrefecer as tensões sociais. Ao longo da campanha, houve aumento preocupante da violência política e foi sendo construída a narrativa de descredibilização do sistema eleitoral. Não foi por mera coincidência que assistimos, no fatídico 8 de janeiro de 2023, à invasão dos prédios dos três poderes pela horda bolsonarista que promoveu a destruição da estrutura física do Estado, esperançosa de que destruía também a entidade simbólica a que damos o nome de governo[2].

Na leitura de Costa, o estado de profunda divisão em que ora se encontra a sociedade é o resultado de uma extrapolação das disputas materiais e simbólicas para fora do sistema político. O que no debate público se denomina "polarização", por vezes de maneira leviana, seria, em verdade, um conflito acerca da manutenção ou da subversão das hierarquias nas diversas esferas sociais. Se, hoje, os jantares de família já não têm a paz de outrora, é porque estas disputas, não sendo processadas adequadamente pelas instituições políticas, invadiram o cotidiano dos cidadãos.

Por fim, cabe indicar três "peças mal encaixadas" mencionadas no livro: a questão religiosa (a ascensão dos evangélicos e sua adesão à extrema-direita), o problema do falseamento deliberado da realidade e a influência política dos milionários. Embora seja necessário reconhecer a imensa diversidade de denominações e orientações ideológicas, há uma tendência entre os evangélicos a votar em candidatos ligados ao bolsonarismo e à extrema-direita. Uma hipótese aventada no livro é a de que a posição geral dessa parte da sociedade seria no sentido do reordenamento das desigualdades, sobretudo aquelas vinculadas a uma visão tradicional de família.

No caso do segundo elemento, Costa, mesmo identificando o poder da máquina digital construída pela extrema-direita, sustenta que a parte mais significativa dos seus discursos atua no nível ideológico, na disputa sobre o significado dos eventos em um mundo compartilhado. Não haveria,

[2] Os responsáveis pelo que hoje se reconhece como uma tentativa de golpe de Estado encontram-se ora em processo de julgamento.

assim, um impacto ontológico, a criação de um outro mundo, com lógica e regras próprias. Essa conclusão me parece duvidosa. Como lembra Hannah Arendt (2016), o esforço deliberado para desconstruir a "verdade factual" acaba por desfazer a urdidura política necessária à democracia.

A última peça mencionada pelo autor se refere a um problema longevo da sociedade brasileira. Até bem pouco tempo atrás, a literatura especializada reconhecia no financiamento privado de campanhas a chave para entender a influência de certos grupos sobre as decisões políticas. Parte importante dos escândalos de corrupção se vinculava à concentração do financiamento de campanhas em um número reduzido de empresas, muitas das quais mantinham negócios com o Estado. No entanto, desde 2015, as pessoas jurídicas estão proibidas de financiar campanhas e partidos, ao mesmo tempo em que se criou um robusto sistema de financiamento público. A despeito dessas mudanças, os milionários continuam exercendo um forte poder de veto sobre o sistema político.

O autor reconhece na atuação desse grupo um dos fatores cruciais para explicar a enorme dificuldade de se realizar mudanças estruturais que promovam uma sociedade mais justa. O Brasil segue uma tendência identificada por Piketty (2014), que chama a atenção para o fato de a desigualdade vir recrudescendo mesmo em sociedades economicamente desenvolvidas. O que explica a enorme dificuldade de se implementar um imposto sobre grandes fortunas ou mesmo a cobrança de tributos sobre dividendos, uma vez que os beneficiários dessa estrutura, como bem nos lembra Costa, são uma elite muito reduzida? Neste ponto, o autor admite a insuficiência dos modelos desenvolvidos até aqui para entender o problema. Poderíamos, contudo, avançar algumas hipóteses relacionadas ao arranjo institucional e ao manejo dos mecanismos políticos, à carência de um projeto coerente, entre outros.

Sérgio Costa nos convida a lançar um olhar teoricamente fundamentado sobre as transformações recentes na sociedade brasileira. Os achados reunidos no livro, ancorados em uma rica e diversificada conceitualização, conferem coerência aos eventos analisados, sem, com isso, desconsiderar a contingência típica dos assuntos humanos. Trata-se de uma abordagem que interessa ao público acadêmico, letrado na literatura mobilizada, mas que alcança também leitores que não estão familiarizados com a linguagem sociológica.

Referências

Arendt, H. (2016). "Verdade e política". In: Arendt, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

Aron, R. (1987). *As etapas do pensamento sociológico.* São Paulo: Martins Fontes.

Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo:* a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. (Trad.) São Paulo, Editora Filosófica Politeia.

Carvalho, L. (2018). *Valsa brasileira:* do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia.

Lima, M.; Campos, L. A. (orgs.). (2025). *O impacto das cotas:* duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. São Paulo: Autêntica.

Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI.* São Paulo: Intrínseca.

Recebido em 18/08/2025. Aprovado em 29/08/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.